

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal do Brasil Class.: 07  
 Data 21 de Junho de 1987 Pg.: 19

## Balbina vai inundar 2.346km<sup>2</sup> de floresta amazônica

Ricardo Arnt

Começa em outubro uma das mais ousadas intervenções do Estado no meio ambiente: o enchimento do reservatório da hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, que vai inundar 2 mil 346 quilômetros quadrados de florestas virgens, uma área equivalente a cinco baías de Guanabara ou a duas vezes o município do Rio de Janeiro. A usina vai emancipar Manaus de 50% do seu consumo de petróleo.

Por enquanto, evita-se falar no assunto. Muitos, só falam em voz baixa. Balbina é uma espécie de mal-estar em precipitação. A razão, como disse o ilustre e insuspeito A. W. Clausen, presidente do Banco Mundial, é que a obra "é, sem dúvida, um projeto mal concebido, de substanciais efeitos negativos no ambiente". O ex-diretor da Secretaria Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, foi mais explícito: "Balbina é um desastre e todo mundo sabe. É um dos maiores erros já cometidos na Amazônia."

O que se perde no dilúvio de 2 mil 346

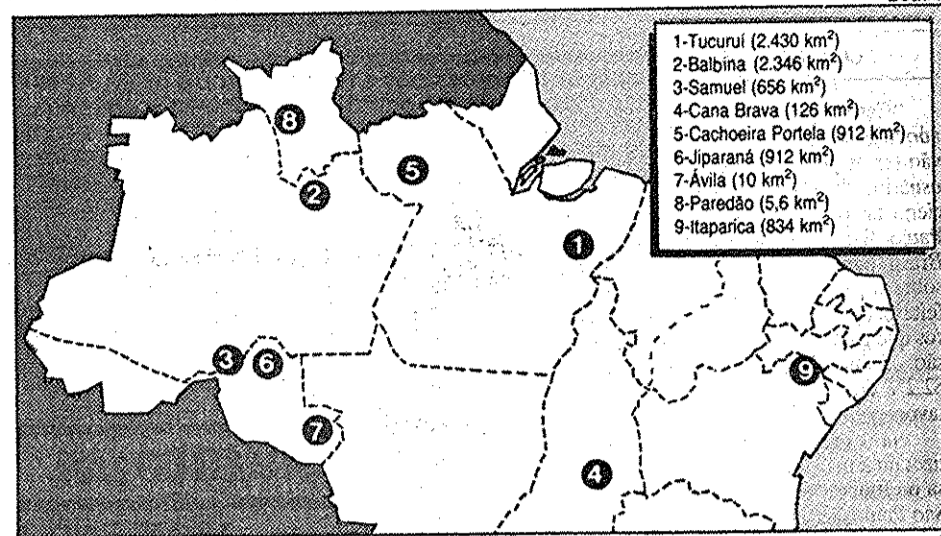
quilômetros quadrados de floresta amazônica é incomensurável. Com mil metros quadrados de matas abrigam mais espécies do que as da América do Norte inteira. Como indica o biólogo e professor da USP, Samuel Murgel Branco, 50% dos organismos vivos do mundo habitam os 6% de floresta tropical do planeta. Até hoje, só foram catalogados 1,6 milhões de plantas e animais, embora se calcule que existam entre cinco a dez milhões de espécies, das quais 40 ou 50% nesse tipo de floresta. Todo esse patrimônio biológico e genético virará jazida de Kilowatt. Cena digna do evangelho apocalíptico de São João de Patmos: até apodrecerem, árvores de 40 metros de altura ficarão espadas no imenso lago marrom de oito metros de profundidade.

O destino dos waimiris, atroaris e índios arredios da região não é róseo. Depois de terem sido pacificados na abertura da estrada Manaus-Boa Vista, em 1974 — que os integrou à sociedade brasileira — cerca de 400 serão atingidos pelo lago. A Funai, que liberou suas terras para a abertura de

estradas, a construção da usina e projetos de mineração, jamais demarcou a reserva. A três meses do dilúvio, desconhecem-se os planos de reassentamento e indenização das duas aldeias que deverão ser removidas.

A energia consumida em Manaus vale ouro. Para abastecer as centenas de empresas do distrito industrial da Zona Franca e seus 850 mil habitantes, em 1983 foram queimados 5 mil 900 barris de petróleo, por dia, nas suas usinas térmicas. Funcionando, Balbina representa uma economia da ordem de 538 milhões de dólares ao ano. Entretanto, como todas as represas projetadas para a *calha norte* (a margem norte) do Amazonas, a usina, a 146km ao norte de Manaus, se ressentida da falta natural de declive do terreno. Para compensá-la, Balbina vai inundar 2 mil 346 quilômetros quadrados de florestas virgens para gerar 250 Mw. Tucuuri, com 2 mil 430 quilômetros quadrados de lago, gerará 8 mil Mw. Balbina é a hidrelétrica mais cara do Brasil: o kilowatt de Tucuuri custa 2,05 centavos de dólar; o de Balbina, 4,80.

Roraima — José Roberto Serra



### Banco Mundial financia tudo

Com os 500 milhões de dólares pedidos ao Banco Mundial, em Washington, no dia 26 de maio — e que deverão estar liberados até o dia 1º de julho — a Eletrobrás se prepara para inundar mais de 5 mil 816 km<sup>2</sup> de território brasileiro — a maior parte florestas virgens na Amazônia — para gerar 14 mil 19 megawatts. A Amazônia — "página inacabada do *Genesis*" —, como a chamava Euclides da Cunha — vai ser escrita, agora, pela industrialização.

Novas usinas hidrelétricas, prioritárias entre as 28 do Plano de Recuperação Setorial da empresa, terão seus projetos básicos concluídos, obras iniciadas, adiantadas ou finalizadas. Eram 11, mas o presidente Sarney cancelou as obras da usina de Machadinho, no Rio Grande do Sul, e os investimentos em Itaipu, com o corte de despesas do plano Bresser. Todos os projetos implicam drástica intervenção do Estado no meio ambiente e nas sociedades adjacentes, com profundas consequências sociais e ambientais.

Em dezembro, deverá começar o enchimento do reservatório de 834 km<sup>2</sup> da usina de Itaparica, no rio São Francisco, na divisa entre Pernambuco e Bahia, que gerará 2 mil 500 MW. Os municípios de Petrolândia (PE), Itacuruba (PE), Rodelas (BA) e mais 24 núcleos urbanos desaparecerão sob as águas, junto com as terras férteis da vazante, atingindo 39 mil 240 pessoas (12 mil 630 nas cidades e 26 mil 610 no campo) que serão compulsoriamente deslocadas.

Desde 1976, sete sindicatos de trabalhadores rurais lutam contra a Companhia Hidroelétrica do São Francisco em torno de políticas de reassentamento e indenização. Inicialmente, os sindicatos reivindicavam lotes de seis hectares para cada família, mas a empresa ofereceu três. Detalhe sadomasoquista: uma das áreas indicadas para o reassentamento, em Belém de São Francisco, chegou a ser recomendada por um Grupo de Trabalho do governo de Pernambuco para a instalação de uma *Estação Experimental de Desertologia*, por ser uma das mais áridas do Brasil.

Em dezembro passado, depois que 700 lavradores ocuparam o canteiro de obras da Chesf, em Petrolândia, chegou-se a um acordo, aprovado pelo Banco Mundial, em Washington. Atualmente, a companhia já desapropriou a região da borda do lago e adquiriu a posse de áreas apropriadas para o reassentamento. Não obstante, a poucos meses da inundação, nenhuma casa foi construída e nenhum projeto de irrigação iniciado.

A longo prazo, novas turbinas também serão instaladas na usina de Tucuuri, no Pará, cujo lago de 2 mil 430 km<sup>2</sup> será ampliado com aumento de cota (de 72 para 74). A qualidade da água do reservatório que

inundou uma extensa área da floresta sem desmatamento continua sob atenta observação. Os índios paracanás retirados da região reivindicam revisão do acordo e compensação pelos prejuízos causados pelo alagamento da reserva. A Eletrobrás não reconhece as reivindicações dos índios gaviões, da *Montanha*, expulsos da área. A área de proteção do reservatório enfrenta, também, a invasão de colonos sem terra.

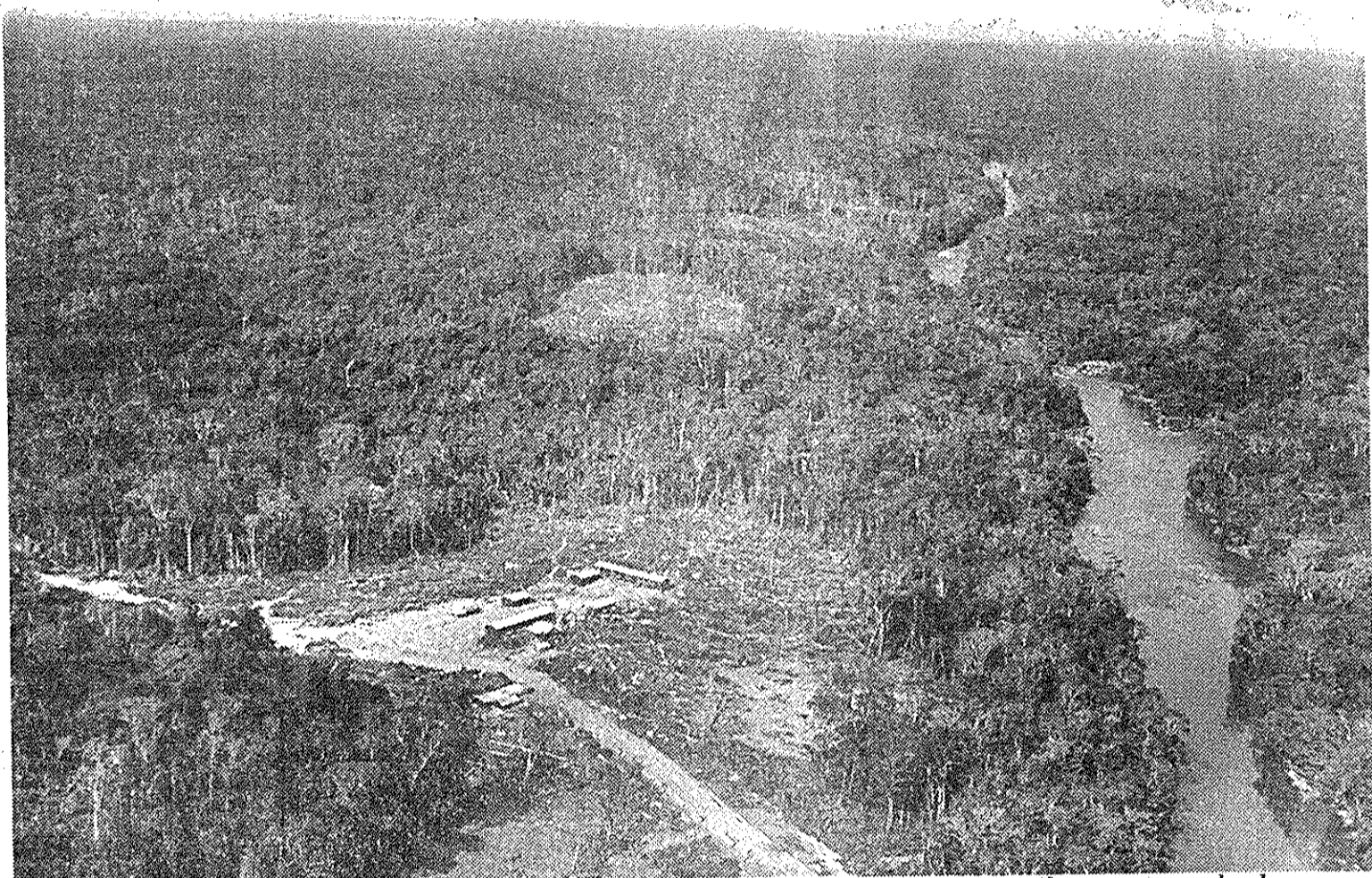
Até 1989 deverá estar em funcionamento a usina de Samuel, em Rondônia, no rio Jamari, com 216MW. Adeus a 656km<sup>2</sup> de floresta tropical de terra firme e árvores de 35 metros de altura. Setecentos índios Uru-Eu-Wau-Waus e um número desconhecido de índios arredios serão afetados, além de seringueiros e 362 proprietários rurais.

No norte de Goiás, a usina de Cana Brava, no rio Tocantins, começará a ser construída em setembro de 1989. Inundará 126km<sup>2</sup> de terras para gerar 480MW, afetando índios avá-canoceros até hoje não contatados. Atualmente, explosões de 200kg de dinamite estremeiam a floresta seis vezes por dia. Os índios não devem estar calmos.

A hidrelétrica de Cachoeira Porteira, de 750MW, no rio Trombetas, no Pará, inundará 912km<sup>2</sup> de floresta tropical densa e floresta tropical aberta, atingindo posseiros, fazendeiros de gado, 700 índios Kaxuyunas, Wai-Wais e índios arredios. As obras, que deverão ser iniciadas em 1988, também afetam tabuleiros de areia úmidas para a desova de 70% das tartarugas gigantes da Amazônia. A Eletrobrás esclarece que vai proteger os quelônios.

A usina de Ji-Paraná, em Rondônia, inundará 912 km<sup>2</sup> para gerar 568MW para Porto Velho, afetando projetos de colonização do Incri e atingindo 2 mil 670 pessoas. As reservas de Lourdes e Tenharim, dos índios gaviões e araras, e a Reserva Biológica de Jarú também serão atingidas. Paradoxalmente, depois de ter financiado a demarcação das reservas no pacote do Polonoroeste, o Banco Mundial vai, agora, financiar a sua inundação. "Isso é pura loucura", classificou Hugh W. Foster, diretor dos Estados Unidos na Diretoria Executiva do Banco Mundial, em 1986. Foster votou contra os empréstimos pedidos pelo Brasil para a obra, mas foi voto vencido.

Também em Rondônia, a usina de Ávila inundará 10km<sup>2</sup> de cerrado para gerar 28MW, afetando propriedades rurais, índios tubarões e latundes, além de tribos arredios. Em Roraima, a usina de Paredão — com capacidade de 27MW — inundará 5,6km<sup>2</sup> do território dos iano-mamis. Contatos indiscriminados com o pessoal do canteiro de obras já ameaçam a saúde dos índios. Até agora, nenhuma reserva da região foi demarcada. (R.A.)



A usina de Paredão, em Roraima, é uma exceção: vai inundar apenas 5,6 quilômetros quadrados

### O risco é criar um lago podre e morto

A floresta vai ser inundada viva. Em Tucuuri o drama era o mesmo. A Eletrobrás passou a tarefa do desmatamento ao IBDP, cujo presidente se demitiu. O substituto abriu uma concorrência, ganhou pela única empresa que se habilitou à tarefa, a Capemi, que falhou antes de realizá-la.

Quando a floresta de Tucuuri foi inundada, especialistas do Brasil e no exterior fizeram previsões catastróficas: a madeira e as folhas decompostas no fundo produziram milhões de toneladas de gases. A enorme massa de detritos orgânicos provocaria *eutrofização* (enriquecimento excessivo da água) com a proliferação de algas e plantas aquáticas que consumiriam o oxigênio da água tornando-a cada vez mais rarefeita. Sem renovação integral, periódica, da massa hídrica, os peixes não poderiam se reproduzir. O gás sulfúrico, o metano e o hidrogênio desprendido pelas reações físico-químicas afetaria as turbinas com corrosão, oxidação e incrustações que acabariam por obstruir todo o sistema. Uma imensa *indigestão* da floresta afogada produziria um lago podre e morto, que acabaria por impedir a geração de energia.

Nada disso, entretanto, se verificou — até

agora. A produção de peixes aumentou no lago de Tucuuri. Há quem garanta que isso é um efeito transitório da eutrofização e que, em cinco ou dez anos, o quadro será, sinistramente, outro. A Eletrobrás reitera, entretanto, que a rápida corrente do rio Tocantins, que garante a renovação da água a cada 45 dias, impede a formação dos gases — como seus estudos previram. Em Balbina, porém, o jogo é mais perigoso: como a região é plana e o rio Uamatá muito lento, o tempo de residência da água no reservatório chega a 11,7 meses. Mais do que o suficiente para a produção de gases. Por isso, a empresa precisava desmatar a região antes de inundá-la.

Em 1983, a Eletrobrás convocou as empresas para a difícil tarefa de retirar 33 milhões de metros cúbicos de madeira — operação orçada em 38 milhões de dólares e capaz de gerar 60 milhões em vendas no mercado internacional. Deu três anos de prazo. Mas as empresas pediram dez. As dificuldades técnicas da tarefa também pesaram. Algumas madeiras além do lucro com a venda da madeira sugeriram um pagamento pela tarefa. Em dezembro

de 84, quando o edital para o desmatamento foi publicado, ninguém se apresentou. Nem por isso, a Eletrobrás e a construtora Andrade Gutierrez, responsável pela obra, pararam.

Balbina se prepara para repetir a experiência diluviana de Tucuuri.

Precaução da empresa: encher o lago até a cota 46, inundando 1 mil 580 km<sup>2</sup>, e observar os efeitos antes de liberar a inundação dos 2 mil 346 km<sup>2</sup> previstos para a cota 50. Amém.

Na história subterrânea de Balbina, conta-se que dezenas de técnicos da Eletrobrás, do Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia e de empresas e consultoria, como a Engerio, foram demitidos ou se afastaram por discordarem da obra e dos seus projetos. Ao INPA caberia, agora, a tarefa de resgatar os animais que, em número imprevisível, fugiram para as áreas adjacentes do lago, à medida em que as águas subirem, afetando o equilíbrio entre a população animal e o recursos disponíveis. Em termos ecológicos, seria mais conveniente que morressem todos. Em Tucuuri, foram resgatados 300 mil. (R.A.)

### Custo social e ambiental é controverso

Quase seis mil km<sup>2</sup> de terras inundadas não passam despercebidos. A recente auto-avaliação ecológica das empresas estatais vai precisar de bons argumentos. A controvérsia sobre o custo social e ambiental dos grandes projetos está aumentando: ela atinge não só os critérios de planejamento como as tentativas de influenciá-lo.

Não há dúvida de que as questões ambientais emergiram nos planos de desenvolvimento. Em janeiro de 86, o Conselho Nacional do Meio Ambiente determinou que todas as atividades modificadoras do meio ambiente fossem precedidas de licenciamento e da elaboração de um Relatório de Impacto Ambiental. Foram os Rima — hoje cada vez mais adotados no planejamento econômico — que forneceram a base legal e filosófica para a elaboração, por exemplo, do Plano Diretor Para a Proteção e Melhoria do Meio Ambiente da Eletrobrás — o primeiro, do setor, em 90 anos.

A evidência da destruição ambiental no Brasil, a reação das populações atingidas e as pressões da sociedade civil têm contribuído para a sensibilização das autoridades. Outro fator — dos mais determinantes tem sido a exigência dos brancos multilaterais, como o Banco Mundial e o BID, pressionados por grupos ecologistas internacionais, de condicionar o financiamento a projetos sensíveis aos problemas do impacto ambiental. O ambientalismo é, hoje, uma necessidade para o financiamento dos grandes projetos brasileiros.

Os críticos consideram que os estudos de impacto ambiental cumprem, sobretudo, uma função cênica: garantir a aprovação dos empréstimos. Os Rima não têm impacto, não pesam e sua metodologia é discutível. "O que se perde em recursos ecológicos, na escala de uma usina como Balbina, simplesmente não é mensurável. Na melhor das hipóteses, os Rima se limitam a fazer previsão da catástrofe, um exercício precário de futurismo", diz o zoólogo Dante Martins Teixeira, da UFRJ. Diante da magnitude da agressão



Castro: "Índio não é tartaruga"

ambiental produzida, o zoólogo considera "sem sentido" as tentativas de melhorá-la". O que adianta fazer uma escada de peixes para um reservatório artificial quando se destrói toda a vegetação ribeirinha? Que filosofia ambiental é essa de fazer projetos de replantação de espécies nos lagos, selecionando as mais raras e a pesca e exterminando a diversidade natural? — Indaga.

Engenheiros, antropólogos, biólogos, sociólogos, zoólogos e geólogos contratados, nos últimos dois anos, para assessorar o planejamento ambiental estão sendo absorvidos pela lógica da rentabilidade da economia de escala, dominante nos órgãos de planejamento. A luta é inglória. De um lado, alguns assessores e conselheiros afastados das instâncias decisórias; do outro, os interesses do setor pesado do capitalismo brasileiro: o ministério das Minas e Energia, as estatais sob seu comando (Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Petrobrás e Nuclebrás), suas subsidiárias, as grandes construtoras (Mendes Júnior, Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez) e as empresas de consultoria — o vetor, o fulcro da economia brasileira.

Na maior parte das vezes, os técnicos em ambientalismo são encarregados de encontrar soluções para problemas definidos a priori São úteis para remover obstáculos e elaborar paliativos, afirmando decisões dispostas sempre como inevitáveis. De assessores — conforme a expressão da antropóloga Carmen Junqueira — passam a acessórios.

Na verdade, o ambientalismo estatal, que aparece como avanço político, despolitiza as questões ambientais ao transformá-las, sutilmente, em problemas inerentes aos projetos. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional, da UFRJ, observa que o Plano Diretor do Meio Ambiente da Eletrobrás considera índios, populações e até líderes políticos como "componentes ambientais" das obras. O plano diz que comunidades indígenas "ocorrem com frequência nas áreas dos empreendimentos hidroelétricos" (pág. 694). "Não seria o contrário? Não são as obras que invadem com frequência os ambientes dessas populações?" — pergunta o antropólogo.

No Plano Diretor, o sujeito do ambiente vira objeto da obra. As populações são naturalizadas. Viram o fundo sobre o qual desce a forma da obra. A engenharia ideológica ambiental faz os projetos aparecerem como causa absoluta, inquestionável, a qual só cabe adaptar-se, e transforma as populações impactadas em componentes ambientais, passíveis de serem melhorados. O Estado, autor da obra, se identifica à sociedade brasileira abstrata e as sociedades concretas da região viram objetos do Estado — observa Viveiros de Castro.

No que diz respeito aos índios, o discurso antropológico assumido no Plano comete pecados capitais. Os índios têm sua própria relação com o ambiente e uma concepção específica do que seja a natureza. Ela não é igual a nossa. Eles não são parte do ambiente. Não são tartarugas.

Diante das razões políticas de indenizar populações compulsoriamente removidas, a antropologia vira estatística. "Em Balbina — contam as antropólogas da Comissão Pró-Índio de São Paulo, Lucia Andrade, Lídia Isabel da Luz e Leinad Ayer Oliveira Santos — um dia apareceram técnicos encarregados de avaliar o impacto ambiental sobre as aldeias Waimiris e Atroaris. Eles anotaram tudo o que a empresa deveria indenizar: tantas malocas, canoas, roças, o número de bananeiras, número de castanheiras, flechas, panelas, esteiras, enfeites, etc. Quantificam perdas. Achar que uma terra pode ser substituída por outra, uma cachoeira por outra, um rio por outro. São incapazes de reconhecer um processo histórico das tribos, suas relações específicas com o meio, as maneiras como ocupam o espaço, os valores atribuídos aos recursos naturais, etc. E, ao mesmo tempo, negam aos índios seus direitos constitucionais, o direito à terra e a lei". (R.A.)